



MINUTA TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento SMDSC Nº 05/2025
Processo Administrativo SEI Nº 25.20.000003340-4

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA LUZIA-APAE.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**, inscrito no CNPJ nº 18.715.409/0001-50, estabelecida nesta cidade, na Av. VIII, nº 50, Bairro Carreira Comprida, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Sra. **LETÍCIA LUISA BRÁS DE BRAGANÇA**, conforme artigo 31 do Decreto Municipal nº 3315/2018, **ADMINISTRADOR PÚBLICO** da presente parceria, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA LUZIA - APAE**, estabelecida nesta cidade, à **Rua Joaquim Soares Meireles, nº117, Bairro Nossa Senhora das Graças**, neste ato representado por sua Presidente, Sra. **ARMANDO PINTO MONTEIRO NETO**, portador do RG nº **MG-4.758.369**, **CPF 003.735.176-10**, doravante denominada **OSC**, e ambos em conjunto denominados **PARCEIROS**, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Federal nº 13019/2014, Decreto Municipal nº 3315/2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e demais normas que regulamentam a espécie, com conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização da formação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o **MUNICÍPIO** e a **OSC**, através de repasse de recurso oriundo de **EMENDA IMPOSITIVA**, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do projeto **“APAE – Mãos que transformam”**, de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento de modo indissociável. O objeto da parceria será “Promover a Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos através Oficinas de Artesanato – Parte II e Oficina APAE na era do Gelo – parte II”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Fomento, comprometem-se os **PARCEIROS** a executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

2.1 – São Obrigações comuns dos PARCEIROS:

- I – conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
- II – promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
- III – promover o registro das informações cabíveis em plataforma eletrônica eventualmente adotada, no âmbito das respectivas competências;
- IV – fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
- V – priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo.



2.2 – São obrigações do MUNICÍPIO:

- I – efetuar o repasse dos recursos necessários à execução do Plano de Trabalho, na forma prevista na Cláusula Terceira;
- II – apoiar a OSC no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;
- III – direcionar esforços para garantir a formação continuada de dirigentes e técnicos da OSC;
- IV – sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
- V – designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município – DOM, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- VI – publicar o extrato desta parceria no Diário Oficial do Município – DOM e respectivas alterações, se for o caso;
- VII – supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;
- VIII – analisar as prestações de contas na forma das cláusulas Sexta e Sétima deste instrumento;
- IX – publicar e manter atualizados os manuais de orientação a gestores públicos e OSC sobre a aplicação da Lei Federal nº 13019/21014.

2.3 – São obrigações da OSC:

- I – desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, prestando ao MUNICÍPIO as devidas informações sempre que solicitado;
- II – realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento;
- III – responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta parceria, conforme Cláusula Terceira;
- IV – realizar as compras e contratações necessárias à execução do objeto da parceria, observado o valor médio de mercado, conforme orçamentação realizada no Plano de Trabalho, tendo como norteadores os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas;
- V – manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;
- VI – alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;
- VII – não remunerar com os recursos repassados: **a)** membros de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; **b)** servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; **c)** pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- VIII – efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei nº 13019/2014 e/ou no Decreto Municipal nº 3315/2018;



IX – zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;

X – prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

XI – permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

XII – prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para sua apresentação;

XIII – comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até trinta dias da data de registro no órgão competente;

XIV – operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, de forma a possibilitar a sua funcionalidade; e

XV – manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O MUNICÍPIO transferirá a OSC o valor de **70.000,00 (setenta mil reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, exceto nos casos previstos no artigo 48 da Lei Federal nº 13.019/2014;

3.1.1 – Haverá contrapartida por parte da OSC no valor de R\$31,86 (trina e um reais e oitenta e seis centavos).

3.2 – Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastrada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 – O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado até **19/12/2025 (dezenove de dezembro de 2025)**.

3.4 – Toda movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira pública, indicada pelo MUNICÍPIO.

3.4.1 – **A conta corrente deverá ser aberta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente termo no Diário Oficial do Município de Santa Luzia, e seus dados informados ao MUNICÍPIO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a abertura.**

3.4.2 – Excepcionalmente, na hipótese de não haver isenção da tarifa bancária pela instituição financeira, após comprovação da cobrança por parte da instituição financeira e comunicação formal ao MUNICÍPIO, os valores pagos pela OSC a título de tarifa bancária deverão ser registrados na plataforma eletrônica, nos termos da Cláusula Quarta, item 4.5.1;

3.5 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;



3.6 – As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros: Dotação Orçamentária **08.122.2081.2082 – Manut. da Gerência SUAS - Elemento de Despesa – 3.3.50.43.00.00** Subvenções Sociais, Fonte de Recurso **1500**, Ficha **535**.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 3.315/2018, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 – Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final, ou seja, os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, Documento de Ordem de Crédito – DOC, débito em conta, boleto bancário ou pagamento instantâneo do Banco Central – PIX, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.2.1 – Excepcionalmente, admite-se o pagamento em espécie para as despesas taxativamente previstas no Plano de Trabalho como impossibilitadas de pagamento mediante transferência eletrônica.

4.3 – Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no Plano de Trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.3.1 – O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da Organização da Sociedade Civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

4.4 – O MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à OSC nas hipóteses previstas no item 7.9 deste Termo.

4.5 – A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

4.6 – Por ocasião da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 – A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e à execução do objeto previsto no presente Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do



MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação aos respectivos pagamentos, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou danos decorrentes da restrição à sua execução.

5.2 – A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 – A remuneração de equipe de trabalho em recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista com o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 – A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitem verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 – A OSC deverá apresentar, a cada 03 (três) meses, conforme previsto no plano de trabalho, **Relatório de Execução do Objeto**, que deverá conter:

- I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- II – demonstração do alcance das metas;
- III- documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
- IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
- V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.2.1 – O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:

- I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado.

6.3 – A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de 10(dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.4 – Quando descumprida a obrigação constante do item 6.2, nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execução do objeto ou diante de suspeita circunstanciada de irregularidades, a OSC será notificada para apresentar o relatório de execução financeira, no prazo de 45(quarenta e cinco) dias, que deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I – relação das receitas auferidas, inclusive rendimento financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstração da vinculação com a origem dos recursos e a execução do objeto, em observância ao plano de trabalho;
- II – extratos da conta bancária específica;
- III – memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- IV – cópias simples das notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto e serviço; e
- V – justificativa das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar os fatos relevantes.



6.4.1 – A memória de cálculo referida no inciso III do item 6.4 deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

6.5 – A OSC deverá apresentar a **prestação de contas final**, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter a consolidação dos elementos previstos no item 6.2.

6.5.1 – A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até noventa dias, contados do dia seguinte ao término da vigência da parceria, devidamente validada pelo Contador da OSC.

6.5.2 – Caso haja, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o art. 45, inciso I, do Decreto Municipal 3.315/2018 e o art. 46, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014.

6.5.3 – O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até cento e cinquenta dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

6.6 – A prestação de contas final poderá ser substituída pelos PARCEIROS por meio de **prestação de contas simplificada e única** se, cumulativamente, a presente parceria possuir valor global igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e prazo de vigência igual ou inferior a doze meses; e forem adotadas as providências do Decreto Municipal nº 3.315/2018 art. 75, §§ 1º e 4º.

6.7 – A análise da prestação de contas final pelo MUNICÍPIO será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o alcance das metas previstas no plano de trabalho e os efeitos positivos da parceria, considerando:

- I – o relatório final de execução do objeto;
- II – os relatórios anuais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano, ou os parciais, quando houver excepcional previsão;
- III – os relatórios de visita técnica *in loco*, se houver;
- IV – o relatório técnico de monitoramento e avaliação; e
- V – o relatório de execução financeira, quando for solicitado nas hipóteses previstas no item 6.4.

6.7.1 – O parecer técnico conclusivo embasará a decisão da autoridade competente, nos termos dos artigos 77 e 78 do Decreto Municipal 3.315/2018, e concluirá pela:

- I – aprovação das contas, quando constatado o cumprimento das metas e, quando necessária, da regularidade na execução financeira da parceria;
- II – aprovação das contas com ressalvas quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III – rejeição das contas, nas hipóteses previstas no art. 72, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

7.1 – As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria constantes da documentação técnica apresentada.

7.2 – Cabe ao MUNICÍPIO exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio.

7.3 – As ações de monitoramento e avaliação deverão contemplar:

I – a análise das informações da parceria constantes da documentação que comprove o pagamento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias até vinte dias do vencimento da obrigação;

II – medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle externo e interno;

III – a verificação de existência de denúncias aceitas.

7.4 – O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

7.5 – O MUNICÍPIO poderá designar técnicos responsáveis para subsidiar o gestor da parceria em relação à análise dos relatórios de execução do objeto ou de execução financeira, e ainda para a elaboração de seu relatório de monitoramento e avaliação.

7.6 – O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação, para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação elaborados pelo Gestor da Parceria, que deverão ser por ela homologados.

7.7 – O gestor da parceria analisará os relatórios de execução do objeto e os relatórios de execução financeira, se houver, e emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.7.1 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá conter os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.8 – Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade e/ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para que possa, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar a irregularidade, cumprir a obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação, sem prejuízo da notificação prevista no item 6.4 deste termo.

7.8.1 – Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da OSC para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8.2 – Serão glosados os valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente, avaliadas no caso concreto.

7.9 – Nas hipóteses em que, por meio do monitoramento e avaliação da parceria, se constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a



obrigações estabelecidas no presente Termo de Colaboração; ou de situação em que a OSC deixe de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à execução da parceria, até o saneamento das impropriedades constatadas.

7.10 – A Comissão de Monitoramento e Avaliação informará à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município sobre as irregularidades verificadas na parceria celebrada.

7.11 – A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 – Caso a execução da parceria esteja em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e/ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 3.315/2018, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.1.1 – É facultada a defesa da OSC no prazo de dez dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

8.1.2 – Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de dez dias, contados da data de ciência da decisão.

8.2 – Nas hipóteses dos itens 12.2.1 e 12.2.2 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 – suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos.

8.2.2 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada em base no item 8.2.1.

8.3 – Nas hipóteses dos itens 12.2.1 e 12.2.2 da cláusula décima segunda, a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 – Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarcir-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos.

8.3.2 – Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da sanção, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.



8.4 – Quando não houver devolução dos saldos financeiros remanescentes da parceria, na forma e prazo estabelecidos no item 4.6 deste termo, será instaurada Tomada de Contas Especial pela autoridade administrativa competente.

CLÁUSULA NONA – DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 – Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO de Santa Luzia, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 – A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria de Comunicação do Município.

9.3 – A OSC compromete-se a publicar no seu sitio eletrônico oficial (se não houver, nas suas mídias sociais eletrônicas) e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.4 – Fica vedada a utilização de símbolos partidários e/ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até **31/12/2026**, contados a partir da data de sua publicação, possibilitada a sua prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos.

10.2 – A vigência da parceria poderá ser alterada, por meio de Termo Aditivo, mediante solicitação fundamentada da OSC, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, ou mediante a verificação desta necessidade pelo MUNICÍPIO, com a anuência da OSC, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 – A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

11.1 – Este Termo de Fomento e seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo ou Certidão de Apostilamento, conforme o caso, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência **mínima de 30 (trinta) dias.**

11.2 – É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento.

11.3 – É permitida a ampliação, redução e exclusão de metas ou de valores, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO conforme Lei Federal nº 13.019/2014 (art. 55 a 57) e Decreto Municipal nº 3.315/2018 (art. 47 a 48).



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 – Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 – ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 – quando a OSC, após notificada, não sanar as impropriedades, conforme item 7.8.1 da cláusula sétima;

12.2.3 – pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexecutável;

12.2.4 – for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

12.3 – O MUNICÍPIO possui a prerrogativa legal de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS PERMANENTES REMANESCENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 – Todos os bens permanentes adquiridos com recursos provenientes deste Termo de Fomento deverão ser registrados no patrimônio do Município, permanecendo sob a guarda e responsabilidade da OSC durante a execução da parceria, na qualidade de fiel depositária. Ao término da parceria, os referidos bens serão incorporados definitivamente ao patrimônio municipal, independentemente da aprovação da prestação de contas, exceto na hipótese em que, mediante decisão fundamentada do Município, sejam formalmente concedidos à OSC para continuidade de ações referentes ao cumprimento do objeto da parceria firmada, respeitado o interesse público.

13.1.1 – Na hipótese de rejeição da prestação de contas final, a titularidade dos bens permanentes remanescentes permanecerá com a OSC, sendo que:

I – Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição;

II – O valor pelo qual o bem permanente remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

13.1.2 – Caso ocorra a dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data da notificação da dissolução.

13.2 – Fica vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos, produzidos e/ou transformados em razão da execução deste Termo, devendo estes bens serem gravados com cláusula de inalienabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

13.3 – A OSC deverá formalizar promessa de transferência de propriedade dos bens permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria, em favor do MUNICÍPIO, na hipótese de sua extinção.

13.4 – Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1 – Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item 13.3, fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrada, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1 – Em caso de dúvidas ou divergências na execução da presente parceria, é obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

14.2 – Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de Santa Luzia para dirimir os conflitos decorrentes deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordadas com os termos dessa parceria as partes firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Santa Luzia, 8 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br LETICIA LUISA BRAZ BRAGANÇA
Data: 09/12/2025 20:53:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Letícia Luisa Braz Bragança
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
e Cidadania

Documento assinado digitalmente
gov.br ARMANDO PINTO MONTEIRO NETO
Data: 08/12/2025 11:50:30-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Armando Pinto Monteiro Neto
Representante Legal da OSC

Leonardo Lúcio Moraes
Presidente do CMAS

Testemunhas:

1- _____
Nome:
Matrícula:

2- _____
Nome:
Matrícula:



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia - MG

Rua Joaquim Soares Meireles, 117 | Bairro Nossa Sra. das Graças | CEP 33030-130 | Santa Luzia - MG



(31) 3641 2069 - Sede
(31) 3641 7188 - Clínica

(31) 3641 2-193 - Escola I
(31) 3634 2296 - Escola II



representaluziamg.org.br
contato@representaluziamg.org.br
facebook.com/apaesantaluziamg
instagram.com/apaesantaluziamg

PLANO DE TRABALHO PADRONIZADO (Preferencialmente em Papel Timbrado da OSC)

1. DADOS CADASTRAIS		
Organização da Sociedade Civil parceira:		
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA LUZIA – APAE		
CNPJ	Data de abertura do CNPJ	
65.149.734/0001-82	27/11/1991	
Registro no Conselho (Se necessário)	Vigência do Registro	
03/2001	30/04/2024	
Dados Bancários (conta corrente específica, isenta de tarifa aberta em banco público)	A conta corrente deverá ser aberta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente termo no Diário Oficial do Município de Santa Luzia, e seus dados informados ao Município no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a abertura.	
Endereço		
Rua Joaquim Soares Meireles, 117		
Bairro	Cidade	CEP
Nossa Senhora das Graças	Santa Luzia	33.030.130
Telefone	E-mail	
31 3641-2069	apaejoana@yahoo.com.br	
Nome do representante legal		
Armando Pinto Monteiro Neto		
Endereço Residencial do representante legal		
Rua Direita, 50 – Bairro Centro – Santa Luzia/MG. CEP: 33010-000		
CPF	R.G.	Telefone(s)
003.735.176-10	MG.4.758.369 SSP/MG.	(31)98727-8005
Período de Mandato da Diretoria		
De 01/01/2023 a 31/12/2025 – recomposição da diretoria 07/08/2023 a 31/12/2025		
Prefeitura Municipal de Santa Luzia (MG)		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania		
Endereço		
Praça Acácia Nunes, 62 – Carreira Comprida		





Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia - MG

Rua Joaquim Soares Meireles, 117 | Bairro Nossa Senhora dos Graças | CEP 33030-130 | Santa Luzia - MG



(31) 3641 2460 - Sede
(31) 3641 7188 - Clínica

(31) 3641 2493 - Escola I
(31) 3634 2296 - Escola II



apae.santaluzia.org.br
contato@apae.santaluziamg.org.br
facebook.com/apae.santaluziamg
instagram.com/apae.santaluziamg

CNPJ	Telefone
18.715.409/0001-50 (se administração direta)	3641-5313
Representante Legal	
Letícia Luísa Braz Bragança	
2. NOME DO PROJETO	
"APAE - MÃOS QUE TRANSFORMAM"	
3. OBJETIVO GERAL DA PARCERIA:	
Demonstrar o que se deseja obter por meio da parceria celebrada. É abrangente, expresso em verbos no infinitivo. <i>Estimular o exercício da cidadania e ofertar possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.</i>	
4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE:	
Descrever a realidade que será objeto da parceria, demonstrando como as ações da parceria pretendem afetar essa realidade, contribuindo para sua modificação. - Apresentar a realidade a ser mudada/impactada com o projeto - Apresentar como o projeto vai impactar nessa realidade "problema", o que vai ser "transformado" O município de Santa Luzia possui 32,5% da população com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa o que coloca na posição 668 de 853 dentre as cidades do estado de Minas Gerais e na posição 4160 de 5570 dentre as cidades do Brasil, de acordo com dados publicados no site do IBGE. Observa-se que o cidadão independentemente de sua localização geográfica se preocupa em solucionar as necessidades básicas as prioridades de alimentação, moradia, vestuário e acesso aos serviços essenciais com saúde, educação, transporte público e saneamento, as quais, um salário mínimo é insuficiente para atender. Ao considerarmos que as questões ligadas à desigualdade social e a violação de direitos fundamentais são fatores que aumentam a fragilidade dos vínculos sociais, concluímos o quanto é necessário os serviços e ações que visam complementar o trabalho com as famílias e prevenir as ocorrências de situações de risco social. Essa realidade reafirma a importância da oferta, manutenção e continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que através de suas ações e oficinas contribuem para a redução das situações de vulnerabilidade social ao passo que permite o acesso do usuário aos seus direitos culturais e sociais melhorando sua qualidade de vida e de seus familiares dentre outros tantos ganhos secundários.	



5. OBJETO DA PARCERIA

Descrever o produto a ser entregue pela parceria pela OSC. O objeto da parceria não é passível de modificação posterior, em qualquer hipótese. . Em geral, se apresenta através de verbos no infinitivo (**realizar, executar, ofertar, promover, capacitar, etc**).

Promover a manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos através das Oficinas de Artesanato - Parte II e Oficina APAE na era do Gelo - Parte II

6. DESCRIÇÃO DA PARCERIA:

Descrever a proposta demonstrando a relação entre o objeto da parceria e a política ou programa executado/fomentado.

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da APAE atende pessoas com deficiência Intelectual e Múltipla em situação de vulnerabilidade social. As oficinas acontecem na Rua Macajuba, 219 bairro Asteca. A parceria estabelecida será direcionada para a compra dos materiais necessários para a manutenção das oficinas por um período de 12 meses.

Assim que os recursos sejam disponibilizados, iniciaremos as compras.

Com vistas à ampliação, estimulação e manutenção das capacidades funcionais, por meio de atividades de vida prática, produção cultural e a participação em oficinas de artes, visto que percebemos um grande interesse demonstrado pelos usuários para trabalho com artes e fabricação de sorvete e picolé.

As Oficinas são realizadas em grupos de usuários compreendidos na faixa etária de 18 aos 59 anos com deficiência intelectual /múltipla.

A Oficina de sorvete e picolé- Parte II, acontece às terças-feiras no horário de 09:00 as 11:00 e na quinta-feira no horário de 13:30 as 16:30. Para manutenção da oficina será necessário a compra de leite em pó integral, Emustab, Max Cream, Liga Neutra, Cream Livre, Pó saborizante (abacaxi, coco, cacau, morango, maracujá) Specialitá (Zero creme avela c/ cacau, Morango zero açúcar, maracuja zero açúcar, maracuja e abacaxi) base zero, cobertura (chocolate, morango e caramelo), Variegato linea leagel (chocolate e morango), casquinha para sorvete 2 bolas, canudinho biju, pазinha plástica para sorvete, touca descartável, pote para sorvete 01 litro, pote para sorvete 150 ml, pote para sorvete retangular 2 litros, Tampa Pote 150/200/250 Transp., Tampa Sorvefest Pote Retang.

São atendidos 5 usuários por vez. Os profissionais envolvidos são 02 educadoras sociais, 01 monitora, 01 assistente social, 01 psicóloga.

A Oficina de Artesanato acontece segunda e terça-feira nos horários Manhã de 8:45 às 09:20. Tarde de 14:05 às 14:40 horas. Para a manutenção da oficina será necessário a compra de material (Pistola de cola quente, tubo de cola quente grosso, Bastão cola quente fina, cola de silicone, cola branca, cola instantanea Tek Bond, EVA cores variadas, EVA glitter cores variadas, Abobora balde laranja xis0728, Feltro cores variadas, Tinta PVA250ml cores variadas , tinta guache 250 ml cores variadas, Rolinho para pintura, tela pequena para pintura, fio de nylon elastico rolo, entremeios com letra para pulseira e colar, fio rabo de rato cetim core4s variadas, anel de chaveiro, kit alicate para artesanato, lamina para estilete grande, Fita cetim cores variadas N°2 10m, Fita cetim cores variadas N°9 10m, Tesoura comum, tesoura de picotar, fita dupla face larga, palito de picolé colorido, pregador de roupa de madeira, saquinho transparente pequeno, medio e grande, papel crepom cores variadas, massa de biscuit cores variadas, papel fotográfico, papel fotográfico adesivo, Espiral grosso 6mm, Elástico preto 2cm, Cola PVA Extra,



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia – MG

Rua Joaquim Soares Meireles, 117 | Bairro Nossa Sra. das Graças | CEP 33030-130 | Santa Luzia – MG



(31) 3641 2089 – Sede
(31) 3641 7183 – Clínica

(31) 3641 2493 – Escola I
(31) 3634 2296 – Escola II



apaeasantaluziamg.org.br
facebook.com/apaesantaluzaia
instagram.com/apaesantaluzaia

Cola Permanente Acrilex, Cola Brascoplast st 75g, cola de contato, ilhós para agenda, pano de prato liso branco de algodão, tinta de tecido 250 ml cores variadas, pincel de tinta tamanho 14, 18, e 22, argola para suporte de pano de prato, tecido tricoline 100% algodão, Guardanapo de decopagem, Papel Ofício A4 c/500, Papel AP 180g 60kg A4 210x297 branco c/50, Perfurador BRW 51MM e 25MM, Toner HP 135A 135W 105A W1105A 107A 107W com chip 1k, Avental de plástico c/5, Verniz spray).

São atendidos 12 usuários no turno da manhã e 05 usuários à tarde. Os profissionais envolvidos são 01 Assistente social e 01 psicóloga.

A mobilização dos usuários para participação nas Oficinas. **APAE NA ERA DO GELO- Parte II e APAE Artesanato – Parte II**, contribuirá para o fortalecimento de vínculos social, familiar e comunitário proporcionando dignidade, aumento da autoestima, minimizando preconceitos e negligência.



7. FORMA DE EXECUÇÃO¹

Metas	Ações	Indicadores	Documentos para verificação	Prazo de execução
Macro ações (resultados parciais) a serem realizadas. Devem ser quantificáveis, verificáveis e com prazo definido.	Operações concretas a serem realizadas para o atingimento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização demais de uma ação.	Unidade de medida do alcance de uma meta. É a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível de verificação.	Documentos que contêm os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado. Ex. fotografias, Lista de presença, planilha, banco de dados, Certificados etc.	Após recebimento da verificação por um período de 12 meses
Realização de oficina de Artesanato, voltada ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Encontros para definir Plano de Ação para as compras necessárias para execução da Oficina.	Compra de material de artesanato para confecção de produtos produzidos na Oficina idealizada	Fotografias Relatório de Acompanhamento Notas Fiscais da compra dos materiais	Após recebimento da verificação por um período de 12 meses
Realização de oficina de Sorvete e Picolé, voltada ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Encontros para definir Plano de Ação para as compras necessárias para execução da Oficina.	Compra de insumos alimentícios para confecção dos sorvetes e picolés produzidos na Oficina idealizada	Fotografias Relatório de Acompanhamento Notas Fiscais da compra dos insumos alimentícios	Após recebimento da verificação por um período de 12 meses

¹ A tabela poderá ser customizada de forma a atender a melhor descrição do projeto ou atividade, com a inclusão de novas linhas para as metas, ações, indicadores, etc.



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia - MG

Rua Joaquim Soares Meireles, 117 | Bairro Nossa Sra. das Graças | CEP 33030-130 | Santa Luzia - MG



(31) 3641 2069 - Sede

(31) 3641 2403 - Escola I

(31) 3641 7188 - Clínica

(31) 3634 2296 - Escola II



apaesantoluziamg.org.br
contato@apaesantoluziamg.org.br
facebook.com/apaesantoluziamg
instagram.com/apaesantoluziamg

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

Estabelecer o prazo de execução das ações realizadas no âmbito da parceria (menor ou coincidente com o prazo de vigência da parceria – que também acoberta atos de preparação e de encerramento das ações realizadas).

A partir do recebimento do recurso, a duração será de 12 meses.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Realização de Visitas Técnicas;
- Avaliação e monitoramento pela gestora de parcerias;
- Prestação de Contas mensais ou conforme cláusula no Termo de Fomento e Colaboração;
- Relatório de atividades realizadas;

10. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

10.1 – Previsão de Receitas

Origem	Valor
Repasse	R\$70.000,00
Contrapartida (se houver)	R\$ 31,86
Total	R\$70.031,86

10.2-Previsão de Despesas

Natureza de Despesa ²	Nome da Natureza da Despesa ³	Item de despesa Informar os itens específicos de despesa	Valor Médio de Mercado ⁴ Média obtida por meio da orçamentação	Origem do Recurso ⁵ Repassse ou Contrapartida
Vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil	Obrigações patronais			
Indenizações e restituições Trabalhistas				
Material de consumo de	OFICINA DE SORVETE E PICOLÉ	leite em pó integral 25kg	R\$ 743,50 /	Repassse
		EMUSIFICANTE Emustab 10kg	R\$ 245,24 /	Repassse
		Max Cream 500g	R\$ 27,11 /	Repassse
		Liga Neutra 1kg	R\$ 24,87 /	Repassse
		Cream Livre 20kg	R\$ 492,80 /	Repassse
		Pó saborizante de coco	R\$ 29,89 /	Repassse
		Pó saborizante de chocolate 1kg	R\$ 99,90 /	Repassse
		Pó saborizante de cacau 1kg	R\$ 87,22 /	Repassse
		Pó saborizante de morango 1kg	R\$ 29,99 /	Repassse
		Pó saborizante de abacaxi 1kg	R\$ 29,99 /	Repassse
		Pó saborizante de maracuja 1kg	R\$ 30,22 /	Repassse
		Specialitá Morango zero açúcar Variegato 2kg	R\$ 101,74 /	Repassse
		Specialitá Maracuja zero açúcar Variegato 2kg	R\$ 106,08 /	Repassse
		Specialitá Maracuja Variegato 12kg	R\$ 383,77 /	Repassse
		Specialitá Abacaxi Variegato 4kg	R\$ 136,70 /	Repassse
		base zero 10kg	R\$ 461,40 /	Repassse
Specialita zero creme avela c/ cacau	R\$ 202,85 /	Repassse		

Cobertura 1kg (morango e caramelo),	R\$ 15,09 ✓	Repassé
Cobertura Chocolate 1kg	R\$ 20,85 ✓	Repassé
casquinha para sorvete 2 bolas 3,15kg,	R\$ 62,69 ✓	Repassé
canudinho biju, 1kg	R\$ 33,45 ✓	Repassé
pazinha plástica para sorvete 500un	R\$ 20,31 ✓	Repassé
tuca descartável 100un	R\$ 9,90 ✓	Repassé
pote para sorvete 01 litro 24un	R\$ 21,16 ✓	Repassé
pote para sorvete 150 ml, 20un	R\$ 108,22 ✓	Repassé
pote para sorvete 2 litros retangular 25un	R\$ 62,00 ✓	Repassé
Variegato linea leagel chocolate 2kg	R\$ 104,32 ✓	Repassé
Pasta Variegato morango 2kg	R\$ 91,00 ✓	Repassé
Tampa Pote 150/200/250 Transp. CX c/20x50un	R\$ 102,17 ✓	Repassé
Tampa Sorvefest Pote Retang /2kg Transp. PC c/25	R\$ 13,46 ✓	Repassé

OFICINA DE ARTESANATO

Entremeios com letra para pulseira e colar Pct 1.000	R\$ 89,00 ✓	Repassé
Folha de EVA glitter cores variadas	R\$ 6,76 ✓	Repassé
Abobora balde laranja xis0728 un	R\$ 10,40 ✓	Repassé
Anel de chaveiro Pacote 100un	R\$ 22,53 ✓	Repassé
Argola para suporte de pano de prato n° 35pct 36 un	R\$ 30,35 ✓	Repassé
Bastão cola quente fina	R\$ 57,16 ✓	Repassé
Cola branca	R\$ 48,00 ✓	Repassé
Cola Brascoplast st 75g	R\$ 7,00 ✓	Repassé
cola de contato	R\$ 7,00 ✓	Repassé
Cola de silicone 500g	R\$ 79,90 ✓	Repassé
Cola instantanea Tek Bond	R\$ 10,66 ✓	Repassé
Cola Permanente Acrilex	R\$ 32,00 ✓	Repassé
Cola PVA Extra	R\$ 28,45 ✓	Repassé
Elastico preto 10m	R\$ 35,60 ✓	Repassé
Feltro cores variadas	R\$ 23,90 ✓	Repassé
Fio de nylon elastico rolo	R\$ 21,90 ✓	Repassé

Fio rabo de rato cetim cores variadas	R\$ 21,16	✓	Repassé
Fita cetim cores variadas N°2 10m	R\$ 4,45	✓	Repassé
Fita cetim cores variadas N°9 10m	R\$ 11,56	✓	Repassé
Fita dupla face larga	R\$ 28,30	✓	Repassé
Folha de EVA liso cores variadas	R\$ 2,82	✓	Repassé
Guardanapo de decopagem	R\$ 4,00	✓	Repassé
Ilhós para agenda 220un	R\$ 6,50	✓	Repassé
Kit alicate para artesanato	R\$ 59,90	✓	Repassé
Massa de biscuit cores variadas	R\$ 4,22	✓	Repassé
palito de picolé colorido	R\$ 85,50	✓	Repassé
pano de prato liso branco de algodão 3un	R\$ 14,20	✓	Repassé
papel crepom cores variadas	R\$ 8,90	✓	Repassé
Pincel de tinta tamanho 14	R\$ 8,90	✓	Repassé
Pincel de tinta tamanho 18	R\$ 10,65	✓	Repassé
Pincel de tinta tamanho 22	R\$ 14,75	✓	Repassé
Pistola de cola quente	R\$ 50,16	✓	Repassé
Rolinho para pintura	R\$ 6,78	✓	Repassé
saquinho transparente pequeno, medio e grande,	R\$ 68,00	✓	Repassé
tecido tricoline 100% algodão,	R\$ 16,90	✓	Repassé
tela pequena para pintura	R\$ 10,20	✓	Repassé
Tesoura	R\$ 22,30	✓	Repassé
Tinta de tecido 250 ml cores variadas,	R\$ 37,66	✓	Repassé
Tinta guache 250 ml cores variadas	R\$ 15,63	✓	Repassé
Tinta PVA250ml cores variadas	R\$ 29,91	✓	Repassé
tubo de cola quente grosso	R\$ 78,00	✓	Repassé
Papel Ofício A4 c/500	R\$ 24,00	✓	Repassé
Papel AP 180g 60kg A4 210x297 branco c/50	R\$ 17,90	✓	Repassé
papel fotográfico adesivo A4 130g c/50	R\$ 35,00	✓	Repassé
papel fotográfico 180g c/50	R\$ 23,90	✓	Repassé
pregador de roupa de madeira12un	R\$ 3,50	✓	Repassé
Perfurador BRW 51MM	R\$ 48,00	✓	Repassé
Perfurador BRW 25MM	R\$ 20,90	✓	Repassé



APAE
SANTA LUZIA, MG

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia - MG

Rua Joaquim Soares, 434 - Fone: (31) 3641-7193 - Cx. Postal: 117 | Bairro Nossa Sra. das Doações | CEP: 33021-130 | Santa Luzia - MG

(31) 3641-7070 - Sede
(31) 3641-7193 - Clínica
(31) 3641-7193 - Escola I
(31) 3641-7296 - Escola II

apae@apae.org.br
contato@apae.org.br
fichas@apae.org.br
mailto:apae@apae.org.br

		Lamina para estilete grande	R\$ 5,90 ✓	Repassse
		Toner HP 135A 135W 105A W1105A 107A 107W com chip 1k	R\$ 34,32 ✓	Repassse
		Resourca cis zig picotar	R\$ 12,90 ✓	Repassse
		Espiral grosso 23mm c/60 PT	R\$ 54,90 ✓	Repassse
		Avental de plastico c/5	R\$ 44,00 ✓	Repassse
		Verniz spray	R\$ 23,62 ✓	Repassse
	Premiações culturais, artísticas, científicas Desportivas e outras			
	Serviços de consultoria			
	Outros serviços de terceiros-			
	Pessoa física			

¹Verificar código padronizado junto ao órgão técnico de controle financeiro/orçamentário.

³Incluir apenas aquelas que serão efetivamente utilizadas na realização da parceria por guardar relação com o objeto.

⁴Juntamente ao plano de trabalho deverão ser apresentados documentos habéis à comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado, conforme Art. 45, II, do Decreto Municipal n. 3.315/2018.

⁵Em caso de contrapartida, o recurso não será financeiro, mas auferido através de bens, serviços e despesas complementares, mensuráveis, devendo ser comprovados na prestação de contas.



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Luzia - MG

Rua Joaquim Soares Moreles, 117 | Bairro Nossa Sra. da Graças | CEP 33030-130 | Santa Luzia - MG

(31) 3641 2049 - Sede (31) 3641 2493 - Escola I
(31) 3641 7188 - Clínica (31) 3634 2296 - Escola II

apaeasantaluziamg.org.br
contato@apaeasantaluziamg.org.br
facebook.com/apaeasantaluziamg
instagram.com/apaeasantaluziamg

11. CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER):

Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados ou já existentes na instituição, para execução da parceria, com a respectiva forma de mensuração.

12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	6ª Parcela
R\$70.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
7ª Parcela	8ª Parcela	9ª Parcela	10ª Parcela	11ª Parcela	12ª Parcela
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

TOTAL:

OBS: Se a parceria possuir vigência plurianual, acrescentar tantas células de desembolso conforme todo o período de repasse.

13. ASSINATURADA OSC

SantaLuzia (MG), 25 de agosto de 2025.



Documento assinado digitalmente
ARMANDO PINTO MONTEIRO NETO
Data: 26.08.2025 09:53:05 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Nome/Assinatura da Organização da Sociedade Civil

14. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

SantaLuzia (MG), _____ de _____ de 20__

Assinatura dos membros da Comissão de Seleção

Nome: _____

Nome: _____

Nome: _____

Nome: _____

Nome: _____

Nome: _____